



ATA N.º 5/2024

DA 2.ª REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DE ABRIL DE 2024
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS,
REALIZADA A 30 DE ABRIL DE 2024

-----No dia 30 de abril de 2024, no Auditório do Edifício dos Paços do Concelho Séc. XXI, reuniram-se os Membros da Assembleia Municipal de Lagos para continuação da Sessão Ordinária de abril de 2024 da mesma Assembleia, cuja 1.ª Reunião se tinha realizado no passado dia 29 de abril de 2024 e de que faltam tratar os seguintes Pontos da **ORDEM DO DIA**:

- PONTO 3 - *Informação escrita do Presidente da Câmara acerca da atividade do Município;*
- PONTO 4 - *Apreciação e votação da proposta de Regulamento do Conselho Municipal de Segurança de Lagos;*
- PONTO 5 - *Apreciação e votação da proposta de Regulamento dos Cemitérios Municipais de Lagos;*
- PONTO 6 - *Apreciação do Relatório Municipal da Habitação de Lagos 2023;*
- PONTO 7 - *Pelo cumprimento das Deliberações da Assembleia Municipal de Lagos n.º 97/AM/2016 e 12/AM/2021, sobre legalização e reabilitação do Bairro da Associação de Moradores 25 de Abril, Apeadeiro, Meia Praia;*
- PONTO 8 - *Apreciação das Deliberações da Assembleia da Juventude.*

-----**ABERTURA DA REUNIÃO:** Tendo sido constituída a Mesa com todos os seus Membros presentes, a Sra. Presidente da Mesa, Maria Joaquina Matos (PS), verificada a existência de quórum, deu início à presente Reunião, quando eram 20 horas e 44 minutos, verificando-se as seguintes presenças:

GRUPO MUNICIPAL	NOME/CARGO DO(A) MEMBRO
PS	Carlos Manuel Martins da Saúde Fernandes (Presidente da Freguesia de São Gonçalo de Lagos)
PS	Carlos Manuel Pereira Fonseca (Presidente da Freguesia de Odiáxere)
PS	Dina Paula Furtado Bravo Seromenho de Cintra
PS	Fábio José Leal Gonçalves (Tesoureiro da Junta de Freguesia União de Freguesias de Bensafrim e Barão de S. João)
PS	Joaquim Alexandre Imaginário Russo
PS	Joaquim Manuel Martins Lopes
PS	José António dos Santos Guerreiro



Fl. 77v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
LAGOS

PS	José Manuel da Silva Jácome (2.º Secretário)
PS	Madeleine Filipe Fernandes da Silva
PS	Márcio Filipe dos Santos Viegas
PS	Maria Helena Martins Regino (Tesoureira na Junta de Freguesia da Luz)
PS	Maria João Travanca Gervásio Batista
PS	Maria Joaquina Baptista Quintans de Matos (Presidente)
PS	Maria Manuela Margarido Rodrigues
PS	Maria Paula Dias da Silva Couto (1.ª Secretária)
PS	Paulo José Lourenço Tovar de Morais
PSD	José Joaquim Pacheco dos Reis
PSD	Milvia Filipa Pires de Campos Gonçalves
PSD	Nuno Filipe Carreiro Ferreira Serafim
CDU	Ana Paula Pereira Viana
CDU	José Manuel da Glória Freire de Oliveira
LCF	Fernando de Jesus Ildefonso
LCF	José Manuel Boto Vieira
CHEGA	Daniel Rosado Dias
BE	David Eduardo Vicente Roque

-----SUBSTITUIÇÃO DE MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:

GRUPO MUNICIPAL	NOME DO MEMBRO	PERÍODO SUBSTITUIÇÃO	SUBSTITUTO
PS	Maria Clara de Paiva Boléo da Silva Rato	Reunião	Natércia Maria Baptista Reigada
PS	Natércia Maria Baptista Reigada	Reunião	Joaquim Manuel Martins Lopes
PS	Maria Manuela de Jesus Duarte	Reunião	Madeleine Filipe Fernandes da Silva
CHEGA	Paulo Jorge do Rosário Dias	Reunião	Daniel António da Conceição Penacho Guerreiro



GRUPO MUNICIPAL	NOME/CARGO DO MEMBRO	SITUAÇÃO
PS	Duarte Nuno Evangelista Lopes Rio (Presidente da Junta de Freguesia União de Freguesias de Bensafrim e Barão de S. João)	Solicitou substituição para a Sessão, ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do Artigo 18.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais.
PS	Fábio José Leal Gonçalves (Tesoureiro da Junta de Freguesia União de Freguesias de Bensafrim e Barão de S. João)	Substitui o Sr. Duarte Rio
PS	João Fernando Rosado Reis (Presidente da Freguesia da Luz)	Solicitou substituição para a Sessão, ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do Artigo 18.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais.
PS	Maria Helena Martins Regino (Tesoureira na Junta de Freguesia da Luz)	Substitui o Sr. João Reis

-----SUBSTITUIÇÃO DE MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL – TOMADA DE POSSE:

GRUPO MUNICIPAL	NOME DO MEMBRO	PERÍODO SUBSTITUIÇÃO	SUBSTITUTO
LCF	Amélia da Conceição Ferreira de Paiva	Reunião	José Manuel Boto Vieira
CHEGA	Daniel António da Conceição Penacho Guerreiro	Reunião	Quitéria Alexandra Branco Carlos
CHEGA	Quitéria Alexandra Branco Carlos	Renunciou ao Mandato	Carla Rodrigues Monteiro Maria
CHEGA	Carla Rodrigues Monteiro Maria	Renunciou ao Mandato	Daniel Rosado Dias

-----RENÚNCIA AO MANDATO DE MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:

GRUPO MUNICIPAL	NOME/CARGO DO MEMBRO	SITUAÇÃO
LCF	Fernando Boto de Jesus Guerreiro	Renunciou ao Mandato no dia 23/04/2024.
CHEGA	Quitéria Alexandra Branco Carlos	Renunciou ao Mandato no dia 29/04/2024.
CHEGA	Carla Rodrigues Monteiro Maria	Renunciou ao Mandato no dia 30/04/2024.



Fl. 78v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
LAGOS

-----MEMBROS DA CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOS QUE ESTIVERAM PRESENTES NA REUNIÃO:

PARTIDO	NOME/CARGO DO(A) MEMBRO DA CÂMARA MUNICIPAL
PS	Hugo Miguel Marreiros Henrique Pereira - Presidente
PS	Luís Alberto Bandarra dos Reis - Vereador
PS	Sara Maria Horta Nogueira Coelho - Vereadora
PS	Sandra Maria Almada de Oliveira - Vereadora

-----VERIFICOU-SE A AUSÊNCIA, NESTA REUNIÃO, DOS MEMBROS DA CÂMARA MUNICIPAL, a seguir indicados:

PARTIDO	NOME/CARGO DO(A) MEMBRO DA CÂMARA MUNICIPAL
PS	Paulo Jorge Correia dos Reis - Vice-Presidente
PSD	Pedro Augusto Borges de Lima Palma Moreira – Vereador
CDU	Alexandre Afonso Marques Ribeiro Nunes – Vereador

-----**PONTO 3 - INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO:** Foi dispensada a leitura da Informação em causa, uma vez que a mesma tinha sido oportunamente remetida aos Grupos Municipais e a todos os Membros da Assembleia Municipal a qual fica arquivada em pasta anexa ao presente livro de atas sob o número D-681-17.-----

-----O Sr. José Vieira (LCF) referiu que, neste ponto, afigura-se bem a inclusão social, uma vez que consta no documento que foram confeccionadas mil e oitenta refeições para a população em situação de sem-abrigo. Como não se dispõe da informação de quantas pessoas vivem nesta situação, mas atendendo ao número de refeições servidas e ao período a que se referem, parece tratar-se de vinte utentes. Contudo, é de louvar este serviço que a Câmara Municipal tem vindo a desenvolver. Pegando no projeto e estratégia nacional para a integração das pessoas em situação de sem-abrigo, de 2017 a 2023, que conta com o apoio de instituições estatais e particulares, solicita-se que todos os parceiros possam agilizar processos e intervenções com a celeridade e a eficácia necessárias, para que ninguém permaneça na rua por mais de 24 horas. Perante tais pressupostos e na pessoa do Sr. Presidente, é solicitada a informação do número exato de pessoas que se encontram nesta situação, bem como a sua nacionalidade e naturalidade, uma pequena abordagem do que foi concretizado no período de 2017 a 2023 e, por fim, o que se espera fazer nos próximos tempos. Desta forma, há que incluir o que a seu tempo foi excluído e importa que, neste processo de retrocesso, estas pessoas voltem a beneficiar do nível de vida e bem-estar na sociedade em que vivem, sendo lacobrigenses ou não.-----

-----A Sra. Ana Paula Viana (CDU) referiu que o prazo médio de pagamentos de cinco dias, é um ponto positivo, e que também se verifica que se deu início ao processo de lavagem de contentores com água reciclada com a água da filtragem das piscinas, no entanto neste documento, refere que, relativamente a uma empreitada para a requalificação de um parque de estacionamento e a ampliação da ilha ecológica junto



do mercado de Odiáxere, questionando qual é o ponto de situação deste mercado. Pediu o ponto de situação sobre a remodelação do Museu Municipal Dr. José Formosinho e o núcleo de arqueologia cujo contrato foi assinado em 2021; pediu o ponto de situação sobre a candidatura a apoios financeiros; solicitou ainda o ponto de situação sobre a elaboração do projeto de construção da unidade de ambulatório de alta resolução de Lagos e que o contrato para o mesmo foi assinado a catorze de novembro; solicitou ainda o ponto de situação do projeto do parque urbano de Lagos, o complexo desportivo de Saúde e Bem-Estar onde o contrato foi assinado a oito de agosto e, para finalizar, o ponto de situação do plano municipal de resíduos do Município de Lagos e que o contrato foi assinado a vinte e nove de agosto de 2019.-----

-----O Sr. Nuno Serafim (PSD) referiu que o PSD de Lagos condena veementemente a postura do Sr. António Pina na AMAL, ao ter-se recusado a apresentar os pontos para aprovação, sabendo que o Município de Lagos elege pessoas para a Comunidade Intermunicipal. Além disso, a Assembleia Municipal apresentou um pacote financeiro para a aquisição de ventiladores durante a pandemia de Covid-19 e ficou-se a saber que, dos vinte ventiladores que foram comparticipados com um valor bastante elevado pelo Município de Lagos e os seus contribuintes, apenas três estão a ser utilizados, enquanto os restantes permanecem à guarda da Proteção Civil. Questiona-se o que se passa para tal acontecer. Questionou ainda o que se pretende com este aumento da água aos Algarvios proposto pela AMAL, bem como a posição do Município de Lagos perante esta tentativa de encarecer ainda mais o custo de vida da população. Relativamente à barragem da Bravura, questionou qual é o volume de água atual e se existem empreitadas previstas para o local. Informou que no fim de semana anterior mais uma pessoa foi atropelada junto ao mercado de Santo Amaro, devendo haver uma intervenção de fundo naquela zona devido às várias ocorrências desta natureza, e questionou se a Câmara Municipal tem algum plano de estudo para combater esta sinistralidade, uma vez que todas as semanas alguém é atropelado. Solicitou o ponto de situação sobre os acessos à praia do Camilo, uma vez que ocorreram intempéries que originaram derrocadas que limitaram os acessos. Pediu também o ponto de situação sobre a questão da praia do Pinhão, perguntando se há planos para reabilitar a zona ou se vai permanecer em situação de derrocada. Congratulou a Câmara Municipal pela política pró-abelha em Lagos, destacando que o Grupo Municipal do PSD apoia as medidas para ajudar os polinizadores, considerando-as positivas e ambientais. No entanto, mencionou que há determinadas zonas onde esta política pode não ser a mais adequada, como na via pública, que deveria estar em melhores condições para a utilização diária da população. Questionou ainda como estava a ser gerido o palmeiral de Lagos, observando que há algum tempo as palmeiras estão a morrer por causa da praga do escaravelho. Disse que antigamente aplicavam-se fitofármacos e conseguia-se manter as palmeiras vivas, e não entende por que tantas palmeiras estão a morrer agora.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) lembrou o elevado número de acidentes que ocorrem em Santo Amaro e que cada vez há mais veículos a circular. Mencionou que alguns veículos, ao encontrarem uma reta, aceleram, potencializando estes acidentes,



Fl. 79v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

sendo importante haver uma monitorização da velocidade e uma presença física dos agentes da autoridade nestas zonas, o que seria crucial para a dissuasão dos excessos de velocidade que levam a atropelamentos. Basta parar junto às passadeiras para se aperceber do comportamento dos condutores em relação à prioridade dos peões no atravessamento. Relativamente a Odiáxere, questionou qual é o ponto de situação acerca do núcleo do museu rural. Perguntou também sobre os pontos de situação da Casa do Guarda, de Barão de S. João, e do Barão Vivo. No que diz respeito à Praia da Luz, questionou qual é o ponto de situação das obras no mercado da freguesia. Solicitou ainda o ponto de situação do parque desportivo, que tem sido transferido de um lado para o outro no âmbito da transferência de competências. Por fim, relativamente à antiga escola primária da Luz, questionou como têm sido utilizadas as instalações da escola no âmbito da cedência das instalações e qual é o seu destino.----

-----O Sr. David Roque (BE) questionou sobre as condições ambientais, referindo-se à poda radical das árvores. Observou que, estando praticamente no mês de maio, muitas árvores estão reduzidas a tocos, além das que morrem devido a esta operação. Ele destacou que se continua a realizar podas radicais, o que retira a utilidade das árvores, especialmente no verão, quando deveriam proporcionar sombra e refrescar a temperatura. Solicitou que esta prática seja interrompida. Relativamente ao corte das ervas, mencionou que estas são fundamentais para as abelhas e outros insetos, e que há áreas onde elas podem permanecer, excetuando os passeios. Não compreende por que, na primavera, cortam todas as ervas em zonas onde as pessoas não passam e que não interferem com nada. Defendeu que deve haver uma sensibilização das pessoas quanto à utilidade dessas plantas e que se deve deixar de lado o preconceito, pois os benefícios são maiores que as consequências. Relativamente ao Anel Verde, questionou como está o projeto na área em frente ao Bairro do Operário, perguntando se há algum projeto para aquela zona, uma vez que há vários anos se fala no assunto e a área continua abandonada.-----

-----O Sr. Márcio Viegas (PS) referiu que, na reunião realizada no dia 29 de abril, foi discutida a importância dos terrenos que serão adquiridos pelo Município para o pós-PRR, destacando que há grandes desafios pela frente. Nessa reunião, mencionou-se que a AMAL trata de matérias que são transversais e muitas vezes superam a dimensão municipal, sendo importante discutir um documento como o PDS, que aborda situações complexas, como uma taxa de risco de pobreza superior à média nacional, questões de habitação, saúde e trabalho. Também disse que não se deve sempre enaltecer a situação financeira do Município, apesar do prazo médio de pagamento se manter em cinco dias, da inexistência de pagamentos em atraso e de uma margem de endividamento disponível na ordem dos dezassete milhões de euros. Relativamente a este documento, realçou a vinda da Sra. Embaixadora da Ucrânia a Lagos, considerando necessário continuar a cooperar nesta matéria e realizar uma geminação com o Município de Odessa, especialmente porque ele próprio acolheu uma refugiada dessa região. Ressaltou que a situação atual é resultado do regime autoritário russo e que é importante continuar com a onda de solidariedade, já que esta guerra absurda continua a afetar a Europa. Lembrou ainda que na Rússia não há liberdade, com opositores ao regime sendo, por vezes, assassinados. Parabenizou a Câmara Municipal por continuar com a geminação com Odessa e questionou se existe alguma cidade ou



vila em Angola com a qual o Concelho se possa geminar.-----

-----O Sr. Fernando Ildefonso (LCF) referiu que a Câmara Municipal tem tido reuniões com a Escola Gil Eanes, onde tem sido prometido, desde há cerca de três meses, o início das obras de requalificação. Contudo, continuam por iniciar. Questionou, assim, para quando estava previsto o início dessas obras, com algum carácter vinculativo. Questionou ainda sobre quando seriam instalados os contentores para iniciar as obras na Escola das Naus e se já havia um local definido para onde seriam temporariamente transferidos os serviços escolares. Relativamente ao trabalho desenvolvido na Biblioteca, no Museu e no Centro Cultural, destacou o prémio recebido pelo Centro Cultural de 800.000,00 € (oitocentos mil euros) devido ao quarto lugar a nível nacional, mostrando o reconhecimento pelo trabalho realizado. Referindo-se a uma notícia do jornal Expresso, relativa à alienação dos 51% da empresa Neofutur S.A., mencionou que, apesar do Município ter uma dívida de 5.975.067,21 € (cinco milhões, novecentos e setenta e cinco mil e sessenta e sete euros e vinte e um cêntimos), a empresa Neofutur, S.A. se encontra em processo de insolvência. No dia quinze de dezembro de 2023, foi publicada a notícia sobre a alienação de ações da Neofutur, S.A., e a Câmara Municipal tem o direito de preferência, o que permitiria uma poupança de, no mínimo, cerca de 4.000.000,00 € (quatro milhões de euros). Questionou qual a posição da Autarquia em relação a este assunto, visto que as propostas irão ser abertas no final do mês de março, e solicitou informações atualizadas. Relativamente às receitas cobradas até o final de março, no montante de 11.580.591,00 € (onze milhões, quinhentos e oitenta mil, quinhentos e noventa e um euros), mencionou que, não incluindo o saldo transitado, estas foram inferiores às despesas totais pagas, que somaram 18.475.447,51 € (dezoito milhões, quatrocentos e setenta e cinco mil, quatrocentos e quarenta e sete euros e cinquenta e um cêntimos), resultando em um saldo negativo de 3.244.855,51 € (três milhões, duzentos e quarenta e quatro mil, oitocentos e cinquenta e cinco euros e cinquenta e um cêntimos). Este valor inclui a quantia de 1.060.293,00 € (um milhão, sessenta mil e duzentos e noventa e três euros) conforme a lei 50/2018, de 16 de agosto. Mencionou também a redução nas receitas de IMI e IMT, de 33% e 44% respetivamente, e questionou se esta medida poderá afetar as expectativas sobre as contas da Câmara Municipal e se há razões para preocupação.-----

-----O Sr. Paulo Morais (PS) fez a seguinte intervenção: “Começamos por dar relevo a uma boa notícia para o Algarve. Anúncio de procedimento n.º 8311/2024, de 29 de abril da empresa Águas do Algarve, S. A., relativo ao contrato misto tem por objeto a empreitada de "Conceção, Construção e Exploração do Sistema de Dessalinização na Região do Algarve", incluindo as atividades relacionadas com a elaboração de todas as peças escritas e desenhadas do Projeto de Execução da "Obra" a executar, incluindo os desenhos de detalhe (montagem e construção). Neste ponto da informação escrita do presidente da câmara municipal, são relatadas as atividades produzidas pela autarquia. Sendo o documento muito extenso e detalhado, cumpre dar relevo a pontos que se consideram relevantes para a vida pública do concelho de Lagos. Começamos por dar o devido destaque de que o Centro de Recolha Oficial de Animais de Companhia (CRO) de Lagos teve na rubrica "Inquéritos de Estimação" do



Fl. 80v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

jornal Público no mês de março. Fica aqui, mais uma vez, o reconhecimento à equipa do centro e aos seus voluntários, na recolha e tratamento de animais, bem como salientar as campanhas de esterilização, programas CED (captura, esterilização e devolução) de colónias de gatos e matilhas de cães e a ampliação do canil/gatil para acolher mais espécies, cujas obras estão a em curso. Durante o período em análise, o CLAIM efetuou 1287 atendimentos de pessoas de 56 nacionalidades, o que releva a sua importância para a interação com as comunidades imigrantes. Queremos, igualmente, dar uma palavra de estímulo ao Serviço de Proteção Civil e Defesa da Floresta, por, entre outras meritórias atividades, estar, nesta época, a proceder à coordenação e acompanhamento dos trabalhos de silvicultura preventiva (Faixas de Gestão de Combustível) levada a cabo pela Equipa de Sapadores Florestais de Lagos. Queremos que os fogos florestais, caso aconteçam, causem o mínimo de danos possíveis. Outra grande preocupação é o da vespa velutina, pelo que nos comprazemos pela ação de Monitorização do “Programa de Prevenção da Vespa Velutina no Algarve”. Uma boa notícia foi também a dinamização do Plano Municipal de Desfibrilhação Automática Externa, nomeadamente, o seu programa de formação e treino e a instalação de 4 cabines DAE (Praça Infante D. Henrique, Mercado de Santo Amaro, Rua Silva Lopes e Praça do Município – Câmara Municipal). Queremos dar nota de que ocorreram as comemorações do Mês da Proteção Civil (março de 2024), no âmbito do qual foram realizadas ações de sensibilização – *Mass Training*, nas escolas: ES Júlio Dantas, ES Gil Eanes e EB Tecnopolis, assim como foi realizada a exposição estática com os agentes de proteção civil e entidades cooperantes que contou, também, com demonstrações práticas alusivas às várias valências. Na área da Educação, no âmbito do concurso de Atribuição de Bolsas de Estudo, referente ao ano letivo 2023/2024, a publicação, via Plataforma e Edital, da lista com decisão final para a atribuição de bolsas de estudo e o pagamento das mesmas: foram atribuídas 120 bolsas de acordo com o critério 1 (1.º ao 3.º escalão do abono de família) e 31 bolsas, de acordo com o critério 2 (4.º escalão do abono de família). Na área social, quero lembrar, no âmbito do Núcleo de Planeamento e Intervenção de Pessoas Sem-Abrigo (NPISA), que foi elaborado o Diagnóstico Social das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo no concelho de Lagos, que constituiu uma relevante ferramenta para o trabalho a desenvolver nesta área de intervenção social. No âmbito da ação social, no 1.º trimestre de 2024, foram concedidos 395 apoios em bens de primeira necessidade (géneros alimentares; produtos de higiene e limpeza, produtos infantis) no montante de 51.425,00€, e distribuídas 1800 refeições confeccionadas (População em situação de Sem-Abrigo), entre vários outros apoios. Na área da Cultura, no 1.º trimestre de 2024, deve dar-se nota do reconhecimento que as Coletividades, Associações/Grupos Culturais e Recreativos assumem no desenvolvimento estratégico e cultural do município, tendo sido analisados e apoiados 70 projetos referentes a 24 agentes culturais locais. Foi dado início à elaboração do novo Plano Municipal de Ação Climática de Lagos, de forma a integrar a área da mitigação, nos termos na Lei de Bases do Clima (Lei n.º 98/2021 de 31 de dezembro), tendo já sido finalizado o Relatório referente à Fase 1 - Contextualização política e diagnóstico de emissões. Na sequência da candidatura apresentada aos *Green Destinations*, foi atribuído ao município de Lagos o galardão/distinção de “Ouro”, que foi entregue no passado dia



29 de fevereiro na BTL – Bolsa de Turismo de Lisboa. A subida do estatuto de certificação do destino Lagos de “Prata” para “Ouro” confirmou as melhorias operadas rumo à sustentabilidade, devidamente verificadas na última auditoria, em aspetos como a conservação da natureza e do património, a gestão de resíduos, a energia e o clima. Citando a informação do presidente da Câmara. Na sequência ainda da história apresentada ao concurso *Green Destinations Top 100 Story Awards* e intitulada, “Caminhando em Harmonia - Como a Natureza foi Recuperada e Valorizada”, que descreve a boa prática apresentada pelo município de Lagos sobre a intervenção de conservação do cordão dunar da Meia Praia, a mesma recebeu o prémio do 3.º lugar de 2024 na categoria “Natureza e Paisagem”. Este prémio foi anunciado e entregue na ITB Berlin 2024, a maior feira de turismo do mundo, no passado dia 6 de março.”-
-----A Sra. Maria João Batista (PS) referiu que, no dia 23 de fevereiro de 2024, se realizou a Assembleia da Juventude, que estava com lotação esgotada. Nessa assembleia, houve debates muito interessantes sobre algumas questões do Município e sobre o que se passa na nossa cidade. Ela destacou o grande dinamismo por parte da juventude, uma sessão muito bem preparada pelos alunos e a apresentação de propostas nas áreas da habitação e do ambiente, o que denota uma preocupação da juventude com os assuntos locais. Referiu ainda que, com agrado, observou o incentivo da Câmara Municipal de Lagos para que a juventude continue a intervir e participar nas estruturas que representam o Concelho, uma vez que a cidadania ativa não se esgota em momentos formais. Afirmou que a juventude tem muito a dizer e que é necessário ouvi-los. Mencionou que, no documento, é destacada a apresentação do plano estratégico para a juventude, no dia 18 de março, sendo uma ferramenta muito importante que incorpora os contributos da comunidade escolar, da juventude e das associações, valorizando a contribuição dos jovens para a cidade. Lembrou que a política se faz com os mais velhos, mas deve permitir a participação de todos os cidadãos. Referiu ainda o início do projeto MyPolis, que promove a cidadania nas classes do 1.º ao 3.º ciclo do Ensino Básico, e destacou o interesse da Câmara Municipal em trabalhar as questões da cidadania até ao ensino secundário, permitindo uma visão de futuro e a busca pelos recursos necessários, reconhecendo que todos têm uma palavra a dizer. Relativamente à cultura, destacou a continuidade dos apoios à produção artística e à oferta artística diversificada, a avaliação do património local e a mediação cultural. Mencionou que o Centro Cultural está a desenvolver o projeto Vaga, que traz a cultura mais perto dos munícipes, com uma abordagem inclusiva e participativa, sendo uma mais-valia para desmistificar e incentivar a participação na cultura. Por fim, questionou sobre o projeto “Viver o Verão +”, que em 2023 foi um projeto piloto. Perguntou de que forma se poderia alargar o número de crianças que o Município poderá abranger com este projeto, considerando os recursos humanos disponíveis, e se se contará principalmente com voluntariado ou com contratação, e qual o número de crianças que se prevê abranger neste projeto.-----
-----O Sr. Daniel Dias (CHEGA) questionou sobre a rutura entre a Falfeira e as Portelas, pedindo esclarecimentos sobre o ocorrido. Relativamente ao estado da estrada principal de Bensafirim, especialmente entre a ponte e os últimos semáforos, perguntou se a autarquia pretende ou tem planos para a sua requalificação, visto que



Fl. 81v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

a via se encontra em más condições. Considerando a atual interdição ao trânsito de veículos até ao farol da Ponta da Piedade, questionou se existe alguma possibilidade de veículos coletivos de passageiros, incluindo aqueles que transportam pessoas com pouca ou nenhuma mobilidade, terem acesso para visitar o farol. O Grupo Municipal Singular do CHEGA considera esta medida fundamental para garantir a mobilidade de todos os cidadãos, permitindo que todos possam desfrutar deste ponto turístico. Também questionou a posição do Sr. Presidente da Câmara em relação à possível implementação de casas de banho mistas nas escolas, perguntando se considera adequado que crianças de ambos os géneros frequentem as mesmas casas de banho. Adicionalmente, perguntou qual é a estratégia da autarquia para lidar com o aumento da criminalidade em ambiente escolar, que tem sido reportado e vinculado na comunicação social. Por fim, questionou se se considera apropriado e adequado que alguns docentes promovam, de forma inadequada e asquerosa, assuntos de cariz sexual, colocando em causa a intimidade e a inocência das crianças e jovens.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara, Hugo Pereira, respondeu que, quanto às questões dos sem-abrigo, os números não são fixos em Lagos, pois há uma certa volubilidade e mobilidade fácil dessas pessoas, estimando-se em média entre quarenta e quarenta e cinco sem-abrigo circulando pelo Concelho. Por ser um destino final, Lagos atrai essa particularidade. Mencionou que esses sem-abrigo são apoiados, monitorizados e acompanhados para além da simples assistência alimentar, visando uma mudança de vida para aqueles que desejam. Existem projetos através da rede social para isso. Salientou que os sem-abrigo não escolheram essa condição e são assistidos através da casa abrigo municipal ou da viatura móvel, recebendo acompanhamento para sair dessa situação. Quanto às obras na Escola Gil Eanes, informou que um contentor já foi instalado como parte da preparação para o início das obras, que estão sendo planeadas para começar após o término do ano letivo, garantindo assim a continuidade das atividades escolares. Sobre a Escola das Naus, mencionou que o procedimento está encerrado e a intenção é conciliar a ampliação da escola com a continuidade das aulas no mesmo local. A escola será expandida para a parte externa do edifício atual. Inicialmente, as aulas serão realizadas em contentores para permitir a execução das obras, seguindo depois para a ampliação e melhoria da outra parte da escola. Quanto ao aviso da Neofutur, explicou que um contrato de promessa de compra e venda foi assinado por um fundo interessado na participação da MSF na Neofutur. A Câmara Municipal possui o direito de opção e será notificada para avaliar se adquirir 51% da empresa é vantajoso. Caso contrário, a empresa continuará a funcionar nos mesmos moldes até o final do contrato; relativamente ao mercado de Odiáxere, respondeu que no início de maio a obra estaria terminada, podendo-se fazer a receção. Durante esse mês, o mercado poderá ser reaberto. Relativamente ao museu de arqueologia, referiu que a fase atual da intervenção estará terminada dentro de um mês. Nessa altura, a obra será dada como concluída, fechando-se esta fase com a intervenção de um projetista. Atendendo ao que foi descoberto e ao entendimento obtido até agora, o projeto merece ser alterado, sobretudo pelo quintalão que tinha um projeto que, após a descoberta, terá que ser repensado. Irão preparar o edifício para que possa ser visitado enquanto a obra não recomeçar. Pretende-se aproveitar as duas galerias que pertenciam à PSP, procedendo-se às alterações que o projeto lhes



vai obrigar. Só depois se abrirá um novo concurso, prevendo-se que no próximo ano seja possível a abertura. Em conjunto com a CCDR, procurar-se-á um novo quadro onde se possa obter o resto do financiamento necessário para a obra. Relativamente ao parque de Saúde e Bem-Estar, foi apresentado o estudo prévio que os serviços de obras e de desporto avaliaram. Compilaram-se as propostas para avaliar o projeto e terão uma reunião interna. Após isso, reportarão ao projetista para que este retifique o projeto e o prepare para a execução. Deseja-se ter o projeto em condições para lançar a empreitada, encontrando uma solução futura para a utilização daquele local. A empreitada só se iniciará depois de encontrada essa solução. Relativamente aos acidentes junto ao mercado de Santo Amaro, referiu que os pontos onde os atropelamentos acontecem estão identificados. Sempre que necessário, a sinalética será alterada, serão colocadas mais passadeiras ou serão evitadas as lombas. Existe uma preocupação particular com acidentes em locais inesperados, como em curvas. No entanto, não se considera apropriado colocar uma lomba à entrada da passadeira. Em último caso, considerar-se-á a instalação de semáforos, havendo necessidade de mais vigilância nestes pontos. Reforçar-se-á a vigilância, com a polícia municipal a ir para aquele local, apelando também à PSP para passar por lá mais vezes. Reconhece que não há sinais que substituam a presença policial, sendo necessária uma abordagem rigorosa para evitar acidentes. Relativamente ao núcleo do museu rural, está em fase de revisão. O projeto foi apresentado e revisto. Acredita-se que, após essa revisão, estará em condições de lançar o concurso para a empreitada, que se espera esteja concluída no final do ano; relativamente a Barão de S. João, referiu que, na Casa do Guarda, após o início da intervenção, verificou-se que o empreiteiro considerou que o projeto não estava em condições. Entrou em litígio com o projetista, que não deseja alterar o projeto. Assim, o trabalho encontra-se suspenso. Alguém terá que assumir este prejuízo, perdendo-se tempo. Em termos de obra, não se consegue avançar. Relativamente ao projeto Barão com Vida, mencionou que estão à procura de uma associação para estabelecer uma parceria entre a Câmara, a Junta e essa associação, de modo a fazer funcionar aquele edifício e o forno. Apesar de ser pequeno, procurar-se-á uma forma de ter um forno maior. Existe uma comunidade muito ativa em Barão, que poderá ser representada como um ponto turístico. Relativamente ao mercado do peixe, mencionou que tem trabalhado com a Junta de Freguesia para compreender o que aconteceu no mercado. O último vendedor decidiu não continuar lá, deixando a banca, o que levou ao encerramento do mercado. Foi substituído por uma loja que vendia peixe, onde esse vendedor passou a trabalhar. Passados alguns anos solicitou poder voltar ao mercado, que, entretanto, foi utilizado para outros fins. Estão a analisar a possibilidade de ter um pequeno espaço para venda de peixe, mas o projeto para aquele edifício não é compatível com o mercado. Após falar com a loja, eles responderam que iriam analisar a situação. Relativamente ao parque desportivo da Luz, informou que está na lista das futuras intervenções em vários parques desportivos. Não foi intervencionado após a obra nos Campinhos, no campo atrás do Hospital Terras do Infante e no campo de Espiche. Planeia-se lançar essa empreitada até o final do ano corrente. Relativamente às antigas instalações da Escola Primária da Luz, mencionou que, quando encerrou, foi feito um acordo com um dos maiores



Fl. 82v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
LAGOS

coleccionadores do mundo para usar o espaço como espaço de exposições. Estão a preparar o local para fazer um protocolo com o colecionador ou alguma associação. Parte da coleção está numa loja dele, e outra parte está exposta na antiga lota de peixe na praia, junto com casas de banho e um anexo feito há muitos anos para pescadores. Pretende-se fazer uma intervenção na Avenida dos Pescadores para manter o que existe lá. Relativamente aos ventiladores, esclareceu que apenas o Presidente da Câmara de Olhão e o Sr. Presidente da AMAL poderiam falar sobre isso. Deve dirigir-se a eles para expressar seu desagrado pela situação. Os ventiladores foram adquiridos para combater a crise pandémica de Covid-19 quando havia números elevados. Embora não tenha sido necessário em Portugal, houve casos na Itália em que pessoas de cinquenta anos precisaram de ventiladores. Para salvar o maior número possível de pessoas, tentou-se adquirir mais ventiladores, que posteriormente não se mostraram necessários. O governo fretou aviões para ir buscar ventiladores para os hospitais. Quando a situação ficou mais controlada, os ventiladores foram colocados e guardados outra área. Na época, considerou-se trocá-los por outros instrumentos mais necessários. Não se deve julgar o que foi feito naquela época, incluindo a desinfeção das ruas, que se pensava aumentar a segurança. Acredita que, em Portugal, foram feitas mais coisas boas do que más, num trabalho de excelência entre o governo e todos os profissionais que estiveram na linha de frente. Relativamente ao aumento da água, mencionou que foi decidido após uma reunião entre a empresa ERSAR e a APA, devido à seca, para determinar as medidas a serem tomadas. Tentou-se encontrar uma forma de reduzir o consumo de água sem aumentar significativamente os custos. Foi colocado à consideração de cada Município aumentar conforme a taxa de inflação. O que foi decidido em Reunião de Câmara foi ajustar o preço da água de acordo com a inflação. Outra opção ainda está sendo considerada, mas acredita não ser necessária implementá-la, preferindo sensibilizar a população para a importância da redução do consumo de água. Em Lagos, tem sido possível reduzir o consumo de água em espaços verdes em 10%, alinhando-se com o objetivo de não aumentar o preço da água, mas sim reduzir seu consumo ao longo do ano. Espera-se que outras medidas tenham efeito, incluindo o início da operação da dessalinizadora e a esperança de chuvas. Informou que, no Concelho, não haverá aumento da tarifa de água, independentemente do escalão. Relativamente à água das barragens, mencionou que as precipitações deste ano aumentaram a capacidade da barragem para 22%. Quanto às obras dos regantes, estão sendo geridas por eles, embora haja muito a ser feito. Notou-se que há muito tempo não se utilizam canais ao ar livre para abastecimento de água, optando-se por métodos que minimizem a evaporação e considerando a gestão da água sem contadores. Referindo-se à praia do Pinhão, há muito tempo não é mais utilizada como praia. Informou sobre uma reunião marcada para 7 de maio com a APA para discutir os próximos passos, indicando que a situação é irreversível. Quanto às escadas do Canelas, estão sob dois algares, e a construção próxima coloca-as em risco. Sobre as abelhas e as ervas, lembrou dos contratos limitados de limpeza urbana, evitando o uso de herbicidas. Com as chuvas deste ano e o sol, observou que cortar as ervas sem aplicar herbicidas resultaria em crescimento rápido. Sugeriu duplicar o contrato para resolver a situação. Em relação às palmeiras, mencionou a resistência aos produtos e a tentativa de substituir e cortar as que não



resistem ao escaravelho, sendo esta a última tentativa para salvar as palmeiras. Quanto à poda, considerou que tem sido bem feita pelos jardineiros. Sobre o Anel Verde, informou sobre um concurso que não teve sucesso e esforços para corrigir o problema até o final do ano. Quanto a Angola e à Ucrânia, o processo com a Ucrânia está mais avançado, tendo sido convidado a discutir geminações em Kiev, mas não será possível ir. Em Angola, falou com o consulado para apresentarem uma proposta de geminação com uma cidade de Lagos. Sobre o projeto Viver o Verão, informou sobre a promoção da continuidade e aumento em todas as linhas possíveis, aumentando a capacidade para vinte crianças no programa inclusivo com voluntários remunerados. Referindo-se à rutura, é um ponto de água natural não potável, sendo estudada sua origem e possível uso para rega. Sobre a estrada de Bensafim, a conduta está sendo substituída, considerando que é uma estrada nacional, com intervenção necessária das Infraestruturas de Portugal, I.P. Em relação ao acesso de pessoas com mobilidade reduzida à ponta da Piedade, o acesso é apenas interdito a viaturas não autorizadas, e a situação está sendo avaliada devido à sua complexidade. Sobre a criminalidade, afirmou que não é grave em Lagos, sendo uma cidade muito segura. Sobre a questão do docente, expressou descrença na situação e incentivou a denunciar para resolvê-la.-----

-----O Sr. Fernando Ildefonso (LCF) referiu que ficou feliz pelo facto de a escola (Gil Eanes) ir finalmente ser intervencionada, com a superação dos impedimentos verificados. A propósito de assuntos diversos de interesse público pendentes, lembrou que o município continua a ter problemas de segurança devendo reforçar-se o policiamento e a vigilância do espaço público. Lembrou também um assunto que se arrasta há mais de vinte anos na Rua do Ramalhete, na zona habitacional em frente ao bar Mirage em que os residentes continuam à espera que a CML proceda às obras de requalificação do espaço público adjacente, passeios e acessos às respetivas habitações, face aos problemas que todos os anos se repetem com o arrasto de lamas, entulho e lixo para junto da entrada das suas habitações em especial no período das chuvas. Esta inércia e falta de vontade política em resolver este problema da população do bairro tem sido teimosamente repetida ano após ano com as obras a não avançarem, o que passa uma perceção de irresponsabilidade e falta de respeito para com os cidadãos que pagam os seus impostos e têm direitos legítimos que não devem depender do temperamento ou carácter dos responsáveis políticos. Lamenta-se e aguarda-se que se cumpram os deveres públicos. Relativamente à segurança rodoviária e dos peões em particular, as passadeiras junto ao Centro Escolar da Luz continuam por implementar, sendo que por esta razões correm perigo os alunos e toda a comunidade escolar bem como os cidadãos que por aí passam. É também lamentável tanta irresponsabilidade política por parte quer da CML quer da Junta de Freguesia que nada têm feito e ignoram permanentemente os apelos que têm sido feitos da nossa parte. Lembrou também que recentemente foi aprovada, por unanimidade, uma proposta com vista construção de parque infantis inclusivos no município, destinados a crianças com deficiências. Recomendou, neste sentido, que na Praia da Luz, existindo um parque polidesportivo partilhando em corresponsabilidade ente a Junta de Freguesia e a urbanização Estrela da Luz, com



Fl. 83v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

uma área abandonada e perigosa para quem frequenta o court de ténis, sem garantia de segurança onde já existiu um parque infantil, se poderia dar início a este projeto inclusivo com a implementação de um parque infantil inclusivo. Relativamente ao passeio de calçada, muito escorregadia, contíguo à igreja da Luz, e de acesso à praia e ao miradouro junto à fortaleza, foi instalada uma faixa pedonal de segurança em ladrilho de atrito acentuado, com escassos metros que termina imediatamente junto à entrada da igreja, tendo questionado porque foi apenas instalada esta faixa de segurança pedonal apenas até à igreja deixando todos os outros peões que se deslocam à praia ou ao miradouro expostos ao perigo. Naturalmente que se trata de uma decisão política altamente discriminatória e sem qualquer sentido logicamente aceitável uma vez que põe em causa a segurança de todos os cidadãos apeados. Do ponto de vista da mobilidade pedonal, lembrou ainda que, para quem tem problemas de mobilidade, continuam a verificar-se inúmeros obstáculos nos passeios que já deveriam ter sido removidos, obstáculos que põem em causa a igualdade de direitos para os cidadãos com problemas de locomoção e são prova de um claro e inaceitável desrespeito por parte do decisor político. Fernando Ildefonso (LCF) interpelou o Sr. Presidente para se retratar como máximo responsável, e dar uma explicação sobre estes assuntos, como é seu dever.-----

----- Esta intervenção teve a apresentação dos seguintes diapositivos:-----





-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) informou que iria fazer dois requerimentos para solicitar informações sobre a unidade de alto rendimento e sobre o plano municipal de resíduos, sendo este último uma situação preocupante por causa da legislação que irá exigir um maior alcance na recolha e no tratamento de resíduos. Destacou que o contrato para este fim foi assinado em 2019 e que, após cinco anos, ainda não foi implementado. Referiu-se à falta de segurança na cidade, especialmente no centro, e questionou se há falta de recursos humanos ou técnicos, destacando a importância de obter uma resposta das entidades competentes. Enfatizou a necessidade de a Câmara Municipal desempenhar um papel importante na comunicação entre essas entidades. Além disso, mencionou que, na quarta comissão especializada permanente, o representante da PSP não tem comparecido às reuniões, apelando à sua participação para que se compreenda o que é necessário fazer para trazer maior segurança à população e ao pequeno comércio.-----

-----O Sr. Nuno Serafim (PSD) referiu que não é normal que os ventiladores adquiridos estejam guardados numa arrecadação, sob os cuidados da Proteção Civil, quando deveriam estar nos hospitais para os cuidados de saúde. Mencionou que, no



Fl. 84v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

Algarve, existem diversos hospitais e centros de saúde, como o de Albufeira, que utilizam ventiladores, questionando o Sr. Presidente sobre a razão pela qual a AMAL gere esses equipamentos dessa forma. Relativamente à água, lembrou que a AMAL aprovou quarenta e duas medidas para combater este problema, incluindo um aumento substancial do preço da água. Criticou estas medidas, afirmando que não defendem os cidadãos e que a comunidade não se revê nelas. Sobre a questão do trânsito, expressou tristeza ao ouvir que, apesar dos acidentes ocorridos, não se pode fazer nada, como colocar lombas. Destacou que, devido à grande pressão rodoviária, há um conflito entre o tráfego e a circulação dos residentes, que deve ser gerido pela Câmara Municipal. No entanto, segundo ele, a gestão não está sendo feita corretamente, conforme demonstrado pelas frequentes ocorrências na zona. Instou o executivo a estudar a situação para implementar uma nova gestão. Relativamente à falta de policiamento no Centro Histórico, afirmou que é notória, com a Polícia Municipal ausente e a PSP parecendo ter desaparecido do Concelho. Deu um exemplo de falta de segurança, lembrando que, num dia em que estavam reunidos na Assembleia Municipal, ele e a Sra. Presidente foram interpelados por um traficante que lhes tentou vender drogas. Reforçou que deve haver uma postura diferente em relação a estas situações, pois a população percebe que as autoridades públicas não conseguem responder adequadamente, levando-a a agir por conta própria, o que traz maior instabilidade à sociedade. Alertou que se está chegando a um ponto de rutura e que o Sr. Presidente deve, junto das autoridades, pedir mais segurança.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) lembrou que existe um semáforo entre a Escola Secundária Júlio Dantas e o Intermarché e que essa passadeira é muito utilizada e, no entanto há cerca de um mês que estavam desligados, questionando o porquê dessa situação e relembrou a importância de se fazer alguma coisa relativamente à passadeira em Santo Amaro uma vez que já houve muitas pessoas a serem atropeladas na passadeira.-----

-----O Sr. Fernando Ildefonso (LCF) recordou, a propósito da segurança rodoviária, ou falta dela, que anteriormente já tinha sido apresentada uma moção com um levantamento de inúmeras anomalias em matéria de sinalização em estradas e caminhos municipais com sinais errados e nos locais errados, tendo a mesma sido reprovada pela maioria do Grupo Municipal do PS. Deixou, mais uma vez, o apelo para que o executivo camarário se empenhe em supervisionar e corrigir estes problemas de segurança no nosso município.-----

-----O Sr. Márcio Viegas (PS) referiu que a forma em como são apresentadas as moções influenciam muito no sentido de voto dos Grupos Municipais e que o Município faz os possíveis para resolver as várias situações sendo impossível fazer-se tudo e haverá sempre coisas por fazer.-----

-----O Sr. Nuno Serafim (PSD) referiu que a falta de diálogo e de ambição diminui as pessoas e os Grupos Políticos e é assim que se consegue definir a sua identidade e mesmo defendendo as ideias, e que as coisas nem sempre fazem sentido.-----

-----**INTERRUPÇÃO DA REUNIÃO:** Neste momento, eram 22 horas e 34 minutos, a Sra. Presidente da Mesa, Maria Joaquina Matos (PS), declarou interrompidos os trabalhos da Reunião para um breve intervalo, tendo os mesmos sido retomados às



22 horas e 51 minutos.-----

-----Ponto 4 - Apreciação e votação da proposta de Regulamento do Conselho Municipal de Segurança de Lagos: Foi dispensada a leitura da Informação em causa, uma vez que a mesma tinha sido oportunamente remetida aos Grupos Municipais e a todos os Membros da Assembleia Municipal a qual fica arquivada em pasta anexa ao presente livro de atas sob o número D-681-19.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara, Hugo Pereira, lembrou que este tema já tinha vindo à Assembleia Municipal e após as propostas de alteração ao documento aprovadas no Conselho Municipal de Segurança voltou novamente para ser discutido.-----

-----O Sr. Nuno Serafim (PSD) referiu que o parecer pedido à CCDR foi remetido pela Assembleia Municipal, esclarecendo que primeiramente precisa ser devidamente aprovado em sede de Reunião de Câmara.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) referiu que o parecer vem da tutela não havendo quaisquer dúvidas sobre o assunto.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara, Hugo Pereira, informou que leu atentamente o parecer e que considera que não ficou clara a sua interpretação.-----

-----O Sr. Fernando Ildefonso (LCF) referiu que também interpretaram da mesma forma que o Grupo Municipal do PSD.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) recomendou que fosse enviado o último parágrafo do parecer onde está explícita a resposta.-----

-----Posto isto, foi colocado a votação a proposta de Regulamento do Conselho Municipal de Segurança de Lagos.-----

-----**DELIBERAÇÃO N.º 56/AM/2024:**

-----Deliberado, por unanimidade, aprovar o Regulamento do Conselho Municipal de Segurança do Município de Lagos, nos termos do Artigo 6.º da Lei n.º 33/98, de 18 de julho (versão atualizada).-----

-----**PONTO 5 - Apreciação e votação da proposta de Regulamento dos Cemitérios Municipais de Lagos:** Foi dispensada a leitura da Informação em causa, uma vez que a mesma tinha sido oportunamente remetida aos Grupos Municipais e a todos os Membros da Assembleia Municipal a qual fica arquivada em pasta anexa ao presente livro de atas sob o número D-681-20.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara, Hugo Pereira explicou o documento.-----

-----Posto isto, foi colocado à votação a **PROPOSTA DE REGULAMENTO DOS CEMITÉRIOS MUNICIPAIS DE LAGOS**, obtendo o seguinte resultado:

	PS	PSD	CDU	LCF	CHEGA	BE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	16	3	0	2	1	1	23
ABSTENÇÕES	0	0	2	0	0	0	2
VOTOS CONTRA	0	0	0	0	0	0	0

-----**DELIBERAÇÃO N.º 57/AM/2024:**

-----Deliberado, por maioria, aprovar o Regulamento dos Cemitérios Municipais de Lagos, nos termos da alínea g) do n.º 1 do Artigo 25.º, do Anexo I, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, conforme a proposta apresentada pela Câmara Municipal de



Fl. 85v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
LAGOS

Lagos aprovada na sua reunião pública extraordinária realizada no dia 24 de janeiro de 2024.-----

-----**PONTO 6 - APRECIACÃO DO RELATÓRIO MUNICIPAL DA HABITAÇÃO DE LAGOS 2023:** Foi dispensada a leitura da Informação em causa, uma vez que a mesma tinha sido oportunamente remetida aos Grupos Municipais e a todos os Membros da Assembleia Municipal a qual fica arquivada em pasta anexa ao presente livro de atas sob o número D-681-21.-----

-----O Sr. Fernando Ildefonso (LCF) referiu que este documento foi atualizado, resultando no aumento de dois fogos municipais, na diminuição de três fogos para cohousing e na eliminação de cinquenta fogos para reabilitação e transformação em habitação própria permanente. Além disso, houve uma diminuição no arrendamento para subarrendamento e a conversão da construção de 153 fogos para venda a custos controlados em 260 fogos na modalidade de construção para arrendamento. Tudo isso resulta numa diferença final de soluções habitacionais de 29 habitações, sendo 399 em 2021 e 428 em 2024. Contudo, se não há grande diferença na quantidade de habitações nesta atualização, já em termos orçamentais, a diferença no investimento municipal é bastante acentuada, passando de 19.244.400,00 € (dezanove milhões, duzentos e quarenta e quatro mil e quatrocentos euros) para 48.533.132,12 € (quarenta e oito milhões, quinhentos e trinta e três mil, cento e trinta e dois euros e doze cêntimos), quase três vezes mais do que em 2021. Esse aumento é desproporcional para uma diferença de apenas 29 soluções habitacionais, sendo cerca de 10% a mais para um aumento de 300% nos custos. Questionou como se explica esse fato e, se for pelo aumento dos custos da matéria-prima, conclui que qualquer atraso neste âmbito gera elevadíssimos custos, levando a este resultado.-----

-----O Sr. Nuno Serafim (PSD) questionou se devido ao tempo que irá levar a construção destas habitações, não seria de pensar em reestruturar o arrendamento privado de modo a se dar uma maior dinâmica ao setor, de modo a se ajudar as famílias em situação de maior fragilidade; relativamente à atribuição dos fogos que já estão concluídos de Bensafrim e do Sargaçal questionou quando seria feita a entrega das habitações.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) referiu que após seis anos do início da construção das habitações ainda não houve nenhuma entregue apesar de haver dois programas em curso e que não foram colmatadas as necessidades da população esperando que, na próxima avaliação do relatório já se possam ter casas entregues e com os cidadãos instalados em melhores condições.-----

-----A Sra. Vereadora Sara Coelho respondeu que o documento anterior a este relatório não saiu antes porque, para o elaborar, foi necessário passar por um processo de aprendizagem, devido ao trabalho diário, não sendo possível o cumprimento atempado. Relativamente à diferença entre o valor previsto inicialmente, explicou que houve uma alteração na estratégia, especificamente no número de fogos a construir, que seriam destinados a arrendamento acessível e a custos controlados. Desde que foi criada a Estratégia Local de Habitação, houve um agravamento das condições habitacionais, além do aumento exponencial do número de pessoas inscritas, comparado ao diagnóstico da primeira fase, o que levou o Município a rever a estratégia e a reavaliar os fogos previstos, alguns dos quais destinados à alienação. O



Município informou o IHRU e transitou dos 19.000.000,00 € (dezanove milhões de euros) iniciais para aproximadamente quarenta e cinco milhões de euros, que o IHRU veio a aprovar posteriormente, utilizando fundos do PRR. A mudança de estratégia, que passou do objetivo de venda de parte destes apartamentos para arrendamento, evitará especulação no mercado imobiliário, mesmo com a existência de um regulamento municipal que prevê uma medida travão para a venda de património do Município. Dada a crise no mercado de arrendamento, a nova estratégia assegura que os imóveis beneficiem os munícipes com mais necessidades. Decidiu-se adquirir terrenos fora do IHRU e do PRR, o que foi aprovado na primeira reunião desta sessão. Sobre a entrega das casas atribuídas, a vereadora mencionou que espera que ocorra em maio, estando em curso a verificação das condições de habitabilidade. A obra foi entregue recentemente, e o processo administrativo está em fase final para que os fogos possam ser arrendados aos munícipes. Relativamente à viabilidade de alterar o regime de apoio ao arrendamento privado, ela explicou que o regulamento contém uma medida pensada durante o período da Covid, acrescentando um terceiro escalão ao regulamento de apoio ao arrendamento privado, permitindo aumentar a taxa de esforço e ampliar o financiamento para apoio ao arrendamento privado. O principal problema não são as medidas adicionais, mas garantir que quem solicita o apoio cumpra os trâmites legais do arrendamento privado, problema agravado pelo arrendamento feito no mercado paralelo. A solução mais adequada é reforçar a fiscalização por parte do Estado e promover o espírito de cidadania, incentivando a denúncia de irregularidades. Não se pode apoiar rendas sem contrato formal. Respondendo à questão sobre a entrega de casas, esclareceu que, desde o acordo com o IHRU, passaram apenas três anos, e que não é realista esperar que as casas sejam construídas rapidamente. A estratégia de habitação exigiu estudos prévios, projetos, concursos públicos para cada fase, com o risco de concursos desertos ou reclamações, tudo isso conforme o Código de Procedimento Administrativo e o Código dos Contratos Públicos. Mesmo no setor privado, os processos demoram. Comparado a outros municípios, Lagos está bem posicionado, pois os que entregaram casas mais cedo já as adquiriram construídas. Garantiu que estão trabalhando com o máximo esforço para ter o restante das habitações construídas até março de 2026, e que, após três anos, já têm o capital necessário para a construção.-----

-----O Sr. Nuno Serafim (PSD) concordou com a questão do suporte legal e afirmou que a questão dos contratos não se consegue combater, sendo uma realidade transversal ao país. No entanto, as necessidades de habitação mantêm-se, e houve municípios que, perante esta realidade, começaram a olhar para o problema. No caso das cidades do Porto e de Braga, foram criados regulamentos de apoio ao arrendamento privado, semelhantes ao existente no Município de Lagos, onde se vê que são criados cada vez mais apoios ao arrendamento. Ao contrário do regulamento atual de Lagos, esses regulamentos permitem o pagamento das prestações bancárias, sendo algo a considerar para inclusão no regulamento local. Devido à diminuição do poder de compra em face ao aumento dos empréstimos decorrente do aumento dos juros, e visto que não há construções suficientes para fazer face às necessidades de casas num curto espaço de tempo, seria razoável incluir essa medida no regulamento,



Fl. 86v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
LAGOS

pois ajudaria muitos agregados familiares em Lagos. Basta observar o número de processos existentes em tribunal para execução das habitações.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) lembrou que foi apresentado, em 2018, o Plano Municipal de Habitação 2018-2021 que previa um conjunto de habitações a construir, um conjunto de lotes para autoconstrução e, que após seis anos, se continue na mesma situação e que posteriormente veio a questão do plano estratégico e, que após esta situação, vieram outros apoios como o PRR e o programa do primeiro direito e o que se verifica neste relatório é que à data de trinta e um de dezembro de 2023 não houve uma única habitação entregue desde a data do primeiro lançamento.-----

-----O Sr. David Roque (BE) referiu que já passou muito tempo e houve pouca obra na habitação, apesar de saber que todos estes processos demoram muito tempo. No entanto, ficou satisfeito por a Câmara Municipal estar mais empenhada em mostrar a importância da habitação no concelho. Sobre a opção política tomada, disse que a opção correta é a que permite a existência de uma bolsa pública de arrendamento e considera que todos os municípios deveriam prever um rácio de fogos públicos, citando exemplos. Lembrou que o problema da habitação é premente e já se falou muito sobre o grande capital, mas deixar aos mercados a resolução dos problemas sociais é estranho, sendo fundamental que os poderes públicos tomem essas iniciativas. No entanto, as questões apresentadas sobre o arrendamento privado são interessantes porque podem resolver momentaneamente os problemas. O que o Estado está a fazer, ao financiar as rendas elevadas, é impedir que as rendas diminuam. Se o Estado está a financiar estas rendas, faz com que elas se mantenham altas, e essa solução não é resolvida a médio e longo prazo, mantendo o problema da especulação imobiliária. O Estado garante a diferença que as pessoas não conseguem pagar, permitindo que a situação se mantenha. Isso reforça a razão para a criação de uma bolsa pública de habitação. Se fosse aplicada em Lagos, estaríamos falando de cerca de dois mil fogos, garantindo não apenas habitação para os mais necessitados, mas também obrigando os privados a baixar o preço do arrendamento, controlando os preços do mercado. Acredita que as opções da Câmara Municipal estão corretas e devem ser mantidas, devendo-se incrementar bastante a oferta pública de arrendamento para garantir a oferta a quem necessita, bem como obter o controlo do arrendamento privado.-----

-----O Sr. Nuno Serafim (PSD) respondeu que todos os apoios da Câmara Municipal são extraordinários, bem como o regulamento existente, e que existem limites de renda. Lembrou que foi o Bloco de Esquerda que criou o adicional do IMI e frisou que o Município de Lagos é o que tem a maior captação de impostos sobre as pessoas e sobre a propriedade privada. Ele destacou que este apoio dado pela Câmara Municipal é positivo para as pessoas que estão a passar por dificuldades económicas dentro de um regime de apoio às rendas que não tem nada a ver com o arrendamento com rendas milionárias, devido aos limites impostos pelo regulamento.-----

-----O Sr. David Roque (BE) lembrou que já disse várias vezes que o IMI é um dos impostos mais estúpidos que existem, sendo completamente contra este imposto. Acrescentou que não são favoráveis a que os grandes fundos não paguem impostos.-----

-----A Sra. Vereadora Sara Coelho respondeu que o regulamento de apoio ao arrendamento privado possui medidas de travão que não permitem o apoio a pessoas



que entrem no mercado especulativo, e que o Município não poderia compactuar com essa situação. Acrescentou que foi ponderado um regulamento que permitisse apoiar o pagamento das prestações bancárias, mas concluíram que ainda não havia maturidade suficiente para implementar essa medida, estando prevista para o futuro. Também mencionou que estão ali para avaliar o documento e debater o estado da habitação. Lembrou que o Plano Municipal de Habitação foi aprovado em 2018 pelo executivo municipal e chegou à Assembleia Municipal no ano seguinte, embora no documento conste a data de 2018. Durante a pandemia, surgiu a Estratégia Local de Habitação, que exigiu reformular o documento para atender às solicitações do IHRU. Portanto, não consideraram 2018 como o ano zero da estratégia agora delineada, mas apenas como o pré-projeto. Agradeceu ao Bloco de Esquerda pelo reconhecimento do trabalho desenvolvido pela Autarquia e destacou que todos estão empenhados na resolução deste problema. Reforçou que a pouca obra realizada resulta de um processo moroso para cumprir as regras, e expressou a esperança de que em breve possam avançar para a fase de implementação no terreno.-----

-----**PONTO 7 - PELO CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS N.º 97/AM/2016 E 12/AM/2021, SOBRE LEGALIZAÇÃO E REABILITAÇÃO DO BAIRRO DA ASSOCIAÇÃO DE MORADORES 25 DE ABRIL, APEADEIRO, MEIA PRAIA:** Foi dispensada a leitura da Informação em causa, uma vez que a mesma tinha sido oportunamente remetida aos Grupos Municipais e a todos os Membros da Assembleia Municipal a qual fica arquivada em pasta anexa ao presente livro de atas sob o número D-681-22.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) apresentou o documento.-----

-----O Sr. Nuno Serafim (PSD) destacou que esta é uma questão que envolve todos os partidos e movimentos cívicos de Lagos. Expressou o desejo de que, até 2024, ano em que se comemoram os cinquenta anos do 25 de abril, a questão seja resolvida. Considera que a Câmara Municipal deve desempenhar um papel essencial para legalizar aquela área do Concelho, que deveria ser um marco há muitos anos. Em seguida, indicou o seu sentido de voto.-----

-----O Sr. Fernando Ildefonso (LCF) mencionou que muitos dos moradores do Bairro 25 de Abril fazem parte dos participantes do programa Direito à Habitação, pelo programa do Primeiro Direito, o que nos faz refletir sobre o tempo que decorreu desde então. Atualmente, ainda existe desordenamento naquela área, que todos conhecemos bem, indicando uma falta de coragem política para resolver o problema. Salientou que algumas autoridades parecem sobrepor-se às decisões da Câmara Municipal, e enfatizou que este assunto deve ser tratado com seriedade. Observou que ainda estão sendo construídas casas clandestinas, o que considerou inaceitável, e expressou seu sentido de voto sobre o assunto.-----

-----O Sr. Presidente da Junta de Freguesia São Gonçalo de Lagos, Carlos Saúde (PS) referiu que o PS também tem pugnado pela legalização deste bairro e indicou o sentido de voto.-----

-----O Sr. David Roque (BE) indicou o seu sentido de voto e destacou que, além do valor habitacional, o Bairro 25 de Abril possui um valor histórico considerável, representando uma fase pós-25 de abril em que havia uma grande carência de



Fl. 87v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

habitação. Naquela época, grande parte da população portuguesa vivia em barracas, o que demonstra um avanço significativo na sociedade nos últimos cinquenta anos. Enfatizou que esta situação é responsabilidade de todos resolverem e lembrou que este bairro marcou o início de uma nova noção de habitabilidade municipal. Há um longo caminho a percorrer, e levantou a questão de que, daqui a vinte anos, com as mudanças ambientais, haverá responsabilidades políticas quando uma tempestade entrar nas casas e as pessoas forem afetadas pela subida do nível do mar. Apesar de reconhecer o perigo iminente no bairro, ressaltou a necessidade de prevenção, criando novas habitações para realocar as pessoas dessa área perigosa.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) referiu que já ouviu as palavras do Sr. David Roque há cerca de trinta anos e reconhece que este assunto precisa ser resolvido. Desde o 25 de abril, identificam-se dois principais problemas habitacionais no concelho. Um deles era o bairro de lata, onde mais de cem famílias se instalaram no maior bairro do SAAL, o bairro 28 de setembro, caracterizado por ruas estreitas e esgotos a céu aberto, situado ao lado do bairro operário próximo ao cemitério. O outro problema era o bairro da Meia Praia, com cabanas e barracas em contraste com as habitações precárias da época, representando as piores condições de vida naqueles tempos. Após o terramoto, as pessoas foram realojadas nessas áreas, que já enfrentavam problemas graves na altura. A construção de 256 casas mobilizou um grande esforço de organização das pessoas, com a criação de associações, apresentação de projetos e consideração da possibilidade de autoconstrução das casas. Destacou-se a luta pelo reconhecimento, mencionando que Zeca Afonso imortalizou a situação com uma canção sobre o bairro da Meia Praia dedicada a José Veloso. Ainda hoje, os habitantes desses bairros passam suas casas para os seus descendentes, ressaltando a necessidade de segurança e estabilidade nas áreas em que vivem. Manifestou preocupação com a regulamentação do Plano de Urbanização, que pode ser alterada conforme descrito no documento, enfatizando a importância de proteger os direitos dos residentes históricos dessas comunidades.-----

-----O Sr. Nuno Serafim (PSD) informou que em 2050 aquela zona não se antevê que possa inundar.-----

-----Posto isto, foi colocado à votação a Proposta.-----

-----**DELIBERAÇÃO N.º 58/AM/2024:**

-----**Aprovada**, por unanimidade, a seguinte Proposta apresentada pelo Grupo Municipal da CDU: “Com a Revolução de 25 de Abril de 1974 foram reconhecidos direitos dos portugueses, que até então lhes tinham sido negados. Entre eles, o direito à habitação e à participação na sua concretização. No ano das comemorações dos 50 anos da revolução do 25 de Abril, continua por cumprir a legalização das habitações do Bairro 25 de Abril, na Meia Praia, sendo em resumo esta a história do bairro que passamos a descrever: Na segunda reunião da sessão de Novembro da Assembleia Municipal de Lagos, realizada em 07.12.2020, o presidente da Câmara Municipal de Lagos em resposta a uma intervenção de um eleito da CDU, prestou a informação verbal que se transcreve da gravação: “Em relação ao bairro 25 de Abril, já foi aqui dito haver, quer no PDM quer nas várias conversas já aqui havidas, que havia a possibilidade de renaturalização nós já demos início a um trabalho contrário e já demos início a algumas intervenções no bairro e das grandes intervenções que



queremos fazer é a reversão desse desígnio, queremos que deixe de estar o tema da renaturalização em cima da mesa e passe a ser um tema diferente que passe a ser de tornar o bairro, dada a sua história e a sua existência, como de gênese legal e sem necessidade de renaturalizar. Penso que é um longo caminho e que não vai ser muito fácil a nível do Ministério do Ambiente levar isto a concretizar, mas obviamente que esperamos que assim seja e também terá de haver um compromisso por parte das pessoas que lá vivem para fazer cumprir as regras que estão lá definidas e infelizmente isso nem sempre acontece, mas de qualquer maneira é essa a intenção...”. Esta informação revela oportunidade e interesse real por resolver o assunto, mas carece de rigor e dá uma visão deformada da realidade sobre a história e a situação atual do bairro. O bairro não é só de gênese legal. O bairro é legal. Foi construído com financiamento do Governo, no âmbito de um Programa do Governo, por uma Associação com Estatutos publicados no Diário da República, executado com um projeto elaborado por uma equipa técnica contratada pelo Governo e aprovado pela Câmara Municipal e pelo Governo, beneficiou de Declaração de Utilidade Pública para expropriação urgente emitida pelo Governo, tudo sob Despachos do Governo publicados pelo Governo no Diário da República. A situação atual do bairro deve-se a que a Câmara Municipal não cumpriu o que lhe competia, atribuído pelo Despacho do MAI e do MHUC, publicado no Diário da República de 28 de outubro de 1976. O PDM de Lagos não menciona o bairro. É o PUMP (Plano de Urbanização da Meia Praia), elaborado por equipa técnica contratada por empresa privada e aprovado pela Câmara Municipal e Assembleia Municipal, que pretende a renaturalização do terreno do bairro. O terreno do bairro continua a pertencer ao Domínio Público Marítimo, as casas construídas continuam a não ser passíveis de legalização e Registo Predial. As habitações não dispõem de licença de habitabilidade e as alterações estão executadas sem respeito pelo projeto aprovado, as ampliações feitas para fora dos limites dos lotes, as novas habitações construídas sem lotes constituídos ou previstos, foram construídas sem projeto aprovado, sem licenciamento, sem responsável técnico, sem fiscalização. Em 27.09.2016, a Assembleia Municipal aprovou, por unanimidade, em segunda reunião da sessão ordinária de 22.09.2016, a Proposta de Recomendação à Câmara Municipal intitulada “Pela Legalização e Reabilitação do Bairro da Associação de Moradores 25 de Abril, Apeadeiro, Meia Praia”, apresentada pelo Grupo Municipal da CDU e constituindo o ponto 11 da Ordem de Trabalhos. Em 22 de fevereiro de 2021 a Assembleia Municipal de Lagos voltou novamente a aprovar por unanimidade uma proposta do Grupo Municipal da CDU intitulada “PELO CUMPRIMENTO DA DELIBERAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS 97/AM/2016 SOBRE A LEGALIZAÇÃO E REABILITAÇÃO DO BAIRRO DA ASSOCIAÇÃO DE MORADORES 25 DE ABRIL, APEADEIRO, MEIA PRAIA” nesta proposta era lembrado que “a aprovação pela Assembleia Municipal de uma Proposta que constitua ponto próprio da Ordem de Trabalhos, contendo uma Recomendação à Câmara Municipal, significa que essa Recomendação passa a ser Deliberação da Assembleia, o que origina a obrigação do seu cumprimento pelo presidente da Câmara Municipal, conforme determina a alínea c) do ponto 1 do art.º 35.º da Lei 75/2013.



Fl. 88v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

Apesar disso, a Câmara Municipal não só não cumpriu a Deliberação n.º 97/AM/2016 aprovada pela Assembleia Municipal, que recomendava à Câmara Municipal que procedesse à Suspensão Parcial do Plano de Urbanização da Meia Praia PUMP, como respondeu apenas em 16.12.2016, informando que remetia essa questão para análise na futura Revisão do PUMP, o que, passados 4 anos, nem sequer iniciou. Há que acrescentar que consta explicitamente, na referida Deliberação, que o Decreto-Lei 80/2015 Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, define na alínea b) do ponto 1. do art.º 126.º, que a aprovação da Suspensão Parcial dum Plano de Urbanização é uma competência da Câmara Municipal e Assembleia Municipal, assim como detalhava todos os passos para a concretização deste caso específico do PUMP no que diz respeito ao bairro 25 de Abril, desde o início do processo da Suspensão Parcial. A publicação em Diário da República dá força de Lei a essa aprovação da Assembleia Municipal. Portanto, dado que a informação proferida pelo presidente da Câmara Municipal e acima transcrita, revelando que a intenção da Câmara Municipal sobre o bairro 25 de Abril na Meia Praia passou a ser idêntica ao objetivo da Deliberação referida, unanimemente aprovada na Assembleia Municipal, e tendo em conta a vontade dos moradores do bairro, insistentemente manifestada e amplamente divulgada, de participarem na reabilitação do seu bairro, consideramos que, pela primeira vez desde 1976, estão repostas todas as condições necessárias para ser cumprida a Deliberação 97/AM/2016 desta Assembleia. Serão assim respeitados os direitos daqueles munícipes e resolvida uma situação que, arrastada por dezenas de anos, em nada dignifica o nosso Município, os seus órgãos autárquicos e o seu bom nome de organismo democrático, e só tem prejudicado o desenvolvimento harmonioso da Meia Praia, assim como os interesses coletivos de progresso sócio cultural, económico e turístico do Município, para os quais a reabilitação urbana e conclusão deste bairro será um importante e decisivo contributo. Assim considerando que se passaram cerca de 8 anos da aprovação por unanimidade da Deliberação 97/AM/2016, sem que tenha sido dado cumprimento pela Câmara Municipal de Lagos das deliberações 97/AM/2016 e 12/AM/2021, e que este ano se comemora do 50.º Aniversário do 25 de Abril de 1974 e a data de início da Construção do Bairro 25 de Abril da Meia-Praia sem que esta situação tenha sido resolvida os eleitos da CDU propõem que a Assembleia Municipal de Lagos, reunida em 29 de abril de 2024, delibere mais uma vez: 1 - Exortar o presidente da Câmara Municipal, mais uma vez, a no cumprimento das suas competências, dar urgente cumprimento às Deliberações n.º 97/AM/2016 e 12/AM/2021, desta Assembleia, que recomendava à Câmara Municipal que procedesse à Suspensão Parcial do Plano de Urbanização da Meia Praia PUMP, permitindo assim dar início ao processo de legalização das habitações do Bairro 25 de Abril do Apeadeiro da Meia Praia; 2 - Dar conhecimento desta Deliberação à Câmara Municipal e à comunicação social.”-----

-----**PONTO 8 - APRECIACÃO DAS DELIBERAÇÕES DA ASSEMBLEIA DA JUVENTUDE:** Foi dispensada a leitura da Informação em causa, uma vez que a mesma tinha sido oportunamente remetida aos Grupos Municipais e a todos os Membros da Assembleia Municipal a qual fica arquivada em pasta anexa ao presente livro de atas sob o número D-681-23.-----

-----O Sr. Fernando Ildefonso (LCF) referiu que se percebeu o esforço tido quer

24

ATA N.º 5/2024 - 2.ª REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DE ABRIL/2024 - 30/04/2024

LIVRO DE ATAS

Praça Gil Eanes - 8600-668 Lagos

N.º 46

Telef.: 282780078 - 282762696

ANO 2024

E-Mail: geral@am-lagos.com



pelos jovens, quer pelos seus professores deixando uma palavra de apreço a todos que, muitas vezes, ficam para lá do horário com estes projetos, bem como à Assembleia Municipal que, em boa hora, criou este órgão de modo aos jovens estarem integrados na política local.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) referiu que se deveria voltar à configuração inicial que incluía os alunos das escolas EB 2,3 e das escolas secundárias e, se possível, do instituto de emprego que era muito mais representativa e alargada e, que as propostas apresentada passassem a ser votadas individualmente e não na globalidade.-

-----O Sr. Presidente da Junta de Freguesia São Gonçalo de Lagos, Carlos Saúde (PS) felicitou os agrupamentos pelo trabalho feito com os jovens, bem como esta Assembleia Municipal que continua com esta iniciativa que é de louvar vermos as preocupações dos jovens através deste relatório.-----

-----O Sr. David Roque (BE) felicitou o trabalho dos jovens, lembrando a importância que essa iniciativa tem na educação para a democracia. Sem dúvida, a melhor forma de aprender é através da prática, e a participação dos jovens em simulações da prática democrática, discutindo, debatendo e aprovando, é fundamental para orientá-los no processo democrático.-----

-----A Sra. Vereadora Sara Coelho esclareceu que o IEFP participava na Assembleia da Juventude nos primeiros anos, oferecendo cursos na área da Educação e formação para jovens até aos dezoito anos, assim como cursos de aprendizagem semelhantes aos cursos profissionais, onde os jovens eram integrados a partir dos dezasseis anos. Atualmente, essa integração não ocorre da mesma forma, sendo excepcional a participação de jovens com idade inferior a dezoito anos. Portanto, deve-se refletir se faz sentido integrar na Assembleia da Juventude jovens que já não se encontram na faixa etária das escolas representadas aqui.-----

-----Posto isto, foi colocada à votação a Moção-----

-----**DELIBERAÇÃO N.º 59/AM/2024:**

-----**Aprovada**, por unanimidade, a seguinte Moção apresentada pela Comissão Permanente: “A Assembleia Municipal apreciou os Documentos apresentados na Sessão Ordinária de fevereiro de 2024, da Assembleia da Juventude, realizada no dia 23/02/2024, congratula-se com as deliberações tomadas por este Órgão Consultivo na sequência dos Documentos apresentados e releva a participação cívica dos jovens.”-----

-----**APROVAÇÃO EM MINUTA:** De seguida foi aprovada, por unanimidade, a minuta de todas as deliberações tomadas pela Assembleia Municipal no decurso da presente Reunião.-----

-----**FORMA DE VOTAÇÃO NAS DELIBERAÇÕES TOMADAS:** Em todas as deliberações tomadas no decorrer da presente Reunião, foi utilizada a forma de votação por braço levantado e por Grupo Municipal representado na Assembleia.-----

-----**ENCERRAMENTO DA SESSÃO:** Assim a Sra. Presidente da Mesa, Maria Joaquina Matos (PS), após consulta à Assembleia, declarou encerrada a Sessão, eram 23 horas e 55 minutos, do dia 30 de abril de 2024, da qual, para constar, foi extraída a presente Ata que eu, Maria Paula Dias da Silva Couto, 1.ª Secretária da Mesa da Assembleia Municipal de Lagos, mandei lavrar, subscrevi e assino



Fl. 89v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
LAGOS

juntamente com a sua Presidente, Sra. Maria Joaquina Baptista Quintans de Matos.--

.....

.....
